
A REAÇÃO DOS PRODUTORES EM TEMPOS DIFÍCEIS

Três casos são examinados, visando mostrar como reagem os produtores imediatamente e no longo prazo. Abordam-se as crises do milho e do leite e do milho e a queda persistente dos preços de alguns produtos da agricultura.

A vingança do milho em 2002

O milho acumulou em 2002 uma alta de 370%: saltou de R\$10,00 a saca em fevereiro para R\$37,00, em novembro. Nos últimos três meses, a alta foi de 40%. A alta do dólar correspondeu a 56%, da energia elétrica de 17,82% e do óleo diesel de 154% (de R\$0,83 para R\$ 1,28). Fertilizantes e defensivos acompanharam o dólar. Como se vê o preço do milho ultrapassou, com vantagem, os demais índices da economia. E infligiu perdas à indústria de aves, suínos e à produção de leite um pouco mais tecnificada, mas ainda a pasto. A produção de leite confinada é muito mais vulnerável. A soja, que, também, tem fortes vinculações com suínos, aves e leite, sofreu aumentos de preços, mas muito menos espetaculares que o do milho.

Descobriu-se, quem sabe tardiamente, que soja e milho são dois produtos fundamentais em uma sociedade urbanizada, como a do Brasil. É, assim, porque têm fortes vínculos com produtos de consumo de massa, como carne de suínos, de aves, de bovinos, de peixe de criatório e leite e ovos, essenciais à dieta de todas as classes sociais, dos mais afortunados aos mais pobres. A soja é ainda crucial na

conquista de divisas, sem as quais nossa convivência com o mercado internacional virará um inferno. Arroz e feijão já foram desbancados, e a cada real adicional de poder de compra, quando gasto com alimentos, mesmo entre os mais pobres, uma parcela muito pequena é aplicada no dispêndio com esses dois produtos.

Assim a alta do preço da soja e do milho tem reflexos em toda a economia e, certamente, nas taxas de inflação. O preço do quilo de carne de frango subiu 11%, em 2002. E alta para o leite, carnes e ovos, não foi maior por causa do limite estreito para manobras que o orçamento familiar ofereceu.

Em tempos de crises como esta, a solução é óbvia e única: importar. Mas, existe milho disponível que não seja transgênico? Da longínqua China? E o caminho para importar passa, inevitavelmente, pela redução de alíquota, no caso de 9,5% para 2%, ou seja, quem sempre clamou contra os subsídios, abre mão de um instrumento poderoso, o único que dispomos além dos discursos inúteis, para combatê-los. Porque não estabelecer um programa de estoques reguladores? Assim, se preservaria a renda dos produtores e o incentivo para plantar mais?

Quem planta vento colhe tempestade. O câmbio sobrevalorizado arruinou o trigo e sua indústria de sementes, o algodão e reduziu, drasticamente, o ímpeto de crescimento do milho, do sorgo e das frutas exportáveis. O efeito foi uma forte queda dos preços dos produtos agrícolas em nível de produtor, que se somou à queda secular de preços, conseqüência da modernização da agricultura. A saída dos agricultores foi plantar menos milho.

Ou então, escaparam das lavouras, escravas do mercado interno, como feijão, arroz e milho, para aquelas de mercado externo mais vigoroso, como a soja e, quando possível, para as frutas exportáveis. Na mesma lógica, do rebanho leiteiro especializado para o misto ou de corte. Por enquanto, leite não é exportável e carne bovina o é. Portanto, o que ocorreu era, totalmente, previsível, elementar uso da lei da oferta e demanda: queda persistente de preço de um produto, se não motivada por avanços tecnológicos, redundava na redução da quantidade ofertada ou num crescimento dela a taxa inferior ao do crescimento da demanda. E, finalmente, em crise de abastecimento, e conseqüente queima de divisas e destruição de empregos.

Outra insensatez: com um consumo de milho tão grande como depender de importações vultosas, quando o excedente ocorre em algumas zonas do hemisfério norte. Imagine o desastre que é para o nosso abastecimento uma conjugação de clima ruim no Brasil e nestas zonas?

Precisamos lembrar do milho, do trigo, do algodão, do arroz e do feijão, quando os preços estão aviltados. No tempo de preços aviltados, é quando se semeiam os maus ventos. E não há como escapar de uma política de estoque reguladores, que precisa ser inteligentemente idealizada e executada. E temos que proteger a nossa agricultura dos subsídios dos países avançada. Fazer demagogia com os consumidores, aviltando os preços dos produtos agrícolas, é semear o êxodo e a pobreza rural, e plantar a escassez de alimentos. É estimular as importações e perder oportunidades no mercado externo.

O apagão e o leite

Um outro exemplo marcante foi a entressafra de leite de 2001. Normalmente, o preço sobe na entressafra, de maio a outubro, e começa a decrescer em novembro, acentuando-se a queda nos meses de dezembro e seguintes do período das chuvas. Na entressafra de 2001, o preço real do leite decresceu, depois de uma fraca ameaça de subir em maio, junho e julho, e ficou sempre abaixo daquele de 1999 e 2000, como a figura 1 indica.

Porque ocorreu isto? Naquela entressafra houve o apagão. A elasticidade de curto prazo da oferta de leite é de 0,25. Se o apagão tivesse trazi-



Figura 1 Preço real mensal do leite anos 1999, 2000 e 2001.

do uma queda de 5% na quantidade demandada, o preço do leite teria caído de 20%. O decréscimo verificado na entressafra de 2001 em relação a 2000 foi de 21,4%. Ocorreu, ainda, que a produção cresceu em 2001, em todos meses, comparando-se mês a mês com aqueles de 2000. Acréscimos mais significativos se verificaram no período crítico do apagão, como a tabela 1 indica. Assim se fez, porque em 2000 o governo subiu as tarifas de importação do leite. Houve reação do preço do leite. Os produtores interpretaram a reação como um sinal de que os preços seriam mais remuneradores em 2001. Aceleraram a produção e foram colhidos pelo apagão. Como um forte ajuste de curto prazo não foi possível, venderam a produção por preços muito inferiores aos normalmente praticados. Parte da produção foi industrializada. Na falta de uma política de estoque regulador e de exportação, o produtor pagou a industrialização e os consumidores não foram imediatamente beneficiados. Detalhes estão em Alves, Eliseu Gomes, Alexandre, Santos, Maurinho e Gomes, Sebastião, 2003.

O lado benéfico da crise é que ela cimentou uma forte união dos produtores e seus protestos repercutiram nas assembleias dos principais estados produtores, em comissões de inquérito, pelas quais a culpa recaiu nas importações inoportunas e no poder de oligopsônio dos supermercados e da indústria processadora de alimentos. Mas, realce-se que, sem o incremento da produção já mencionado, minguiaria o poder de mercado das grandes empresas que compram o leite. Ou seja, o estoque regulador teria harmonizado a oferta com a demanda.

Tabela 1 - Recepção de leite pelos laticínios, 1999 – 2001.

Mês	1999	2000	2001	(2001-2000) /2000 (%)
Janeiro	1.028.956	1.083.105	1.193.002	10,15
Fevereiro	893.282	1.001.475	1.007.830	0,63
Março	940.533	988.188	1.060.229	7,29
Abril	874.957	899.857	1.004.238	11,60
Mai	879.925	901.861	1.014.457	12,48
Junho	847.872	861.098	1.048.998	21,83
Julho	909.312	918.272	1.107.276	20,58
Agosto	924.813	968.794	1.117.034	15,30
Setembro	900.242	1.024.031	1.102.367	7,60
Outubro	912.175	1.123.015	1.189.815	5,94
Novembro	941.653	1.132.015	1.195.408	5,60
Dezembro	1.019.334	1.205.425	1.225.662	1,67
Total	11.073.054	12.107.741	13.266.616	9,57

Fonte: Gomes, Alexandre 2003.

A queda persistente do preço dos produtos agrícolas

A demanda de produtos agrícolas cresce com o incremento da renda percapita disponível para gastar e da população. Mas, a influência da renda percapita é limitada pela nossa capacidade de ingerir alimentos. Assim depois de determinado nível de renda percapita, o seu crescimento não incrementa o consumo de alimentos. Ocorre que os melhores situados mudam o padrão de consumo na direção de proteína animal, frutas e verduras e, ainda, por recomendação médica, reduzem o consumo total. Assim, o crescimento da demanda de alimentos vem dos países emergentes, como os asiáticos, a Rússia, e aqueles produtores de petróleo, e das camadas mais pobres de nosso país. Por isto, programas que aumentam o poder de compra dos à margem do progresso são importantes para a agricultura.

Como a população mundial evolui a taxas cada vez menores, à exceção da África e de alguns países pobres, o crescimento da população perdeu grande parte do poder de influenciar a demanda. Nos países ricos, o envelhecimento da população é flagrante e, também, a convergência para zero de sua taxa de crescimento. A influência do aumento da renda percapita é pequena. Portanto, a estratégia de exportação envolve um cuidado especial com os países emergentes, uma competição acirrada com os países ricos, inclusive dentro de seus mercados, e forte luta contra os subsídios e barreiras não tarifárias. Como as importações subsidiadas representam um dumping dos países ricos, elas devem ser coibidas.

Nossa agricultura tem enorme capacidade de crescer, via modernização. Ocorre o mesmo no mundo inteiro. E os excedentes exportáveis ganham os mercados mundiais, oriundos dos países desenvolvidos e de todos os continentes. Todos estão aprendendo o jogo da agricultura moderna. Qual é o significado de tudo isto? Um decréscimo acentuado dos preços agrícolas. Ou seja, os agricultores, que não podem controlar a oferta, estão produzindo mais do que o crescimento da demanda comporta.

A queda de preços não pode continuar sem limites. Numa primeira etapa os agricultores ficam mais pobres. Quem mais sofre são os menores e os trabalhadores. Um limite é alcançado em que só resta fechar o estabelecimento e migrar, na seguinte ordem: em primeiro lugar a mão-de-obra e, em seguida, os proprietários. Que ironia? A modernização da agricultura deixa muito bem o consumidor, razoavelmente quem sobreviveu e expulsa para as cidades os perdedores.

Mas, políticas econômicas têm enorme poder de acelerar a queda dos preços e a transferência de renda para as cidades. No Brasil e na história do pós-guerra, destaca-se o câmbio sobrevalorizado e as importações com subsídios na origem. Neste respeito, sobressai o plano real até a implantação do câmbio flutuante. Muita gente argumenta que os insumos importados tiveram os preços reduzidos, amortecendo o impacto da queda dos preços dos produtos. Todavia dos 4,9 milhões de estabelecimentos, não mais que 600 mil tiveram acesso aos mesmos. Os grandes perdedores foram os agricultores mais pobres, a multidão deles. E a grande maioria reside no Nordeste.

A despeito das políticas econômicas de curto prazo, a influência persistente sobre o aumento da produção e conseqüente queda dos preços é da modernização da agricultura. Ela é muito desejável. Freá-la é empobrecer o Brasil. Ela desenvolve as cidades, o agrogócio, alimenta nosso povo e expande nossas exportações, aumentando o nosso poder de competição. Mas, seus benefícios precisam ser mais bem repartidos entre os que moram nas cidades e nos campos. É isto que os países ricos fazem. No longo prazo, a batalha de manter a população no meio rural será perdida. Como mostra a história dos países desenvolvidos, a agricultura empregará muito pouca gente até à porteira. Quanto ao emprego, o que muda é relevância. A agricultura passa a ser o motor de desenvolvimento das cidades, principalmente, das pequenas e médias, e o fundamen-

to das exportações e do nosso abastecimento, como mostra um estudo recente, Portugal e Alves, 2002. Portanto, perde-se emprego até a porteira da fazenda. Mas, perda é mais que compensada pelo desenvolvimento do agronegócio, e à exceção de 608 municípios que abrigam cidades populosas, a influência da agricultura é direta e dramática no crescimento do PIB da indústria e dos setores de serviços: um incremento de 1% do PIB agrícola gera incremento equivalente do PIB da cidade (Portugal e Alves, 2002).

Sob a influência do livre jogo das leis da oferta e demanda, sem uma política agressiva de exportações, de luta contra os subsídios e barreiras não tarifárias, de coibição de importações subsidiadas e de proteção dos agricultores, por intermédio da compra de excedentes, ou seja, de estoques reguladores, os ganhos da modernização enriquecerão os consumidores brasileiros e do exterior, a agroindústria e esvaziará os campos. Quem mais perderá com ela é agricultura familiar e a pobreza rural, de um modo geral.

A fim de ilustrar a queda dos preços dos produtos agrícolas apresentaremos uma tabela, que abranje alguns produtos importantes para o consumo. Os dados são da cidade de São Paulo. Detalhes podem ser encontrados em Barros e Rizzieri, 2001. As quedas de preços são muito significativas e demonstram um ganho elevado de renda dos consumidores. Havia dados do salário do pedreiro, coletados pela mesma pesquisa. Foi construído um índice de preço, baseado nesses produtos. Quando o salário do pedreiro foi deflacionado por este índice, ele apresentou ganhos substanciais, em todo o período analisado.

Tabela 2 Variação média anual dos preços reais. Período: 1975-2000

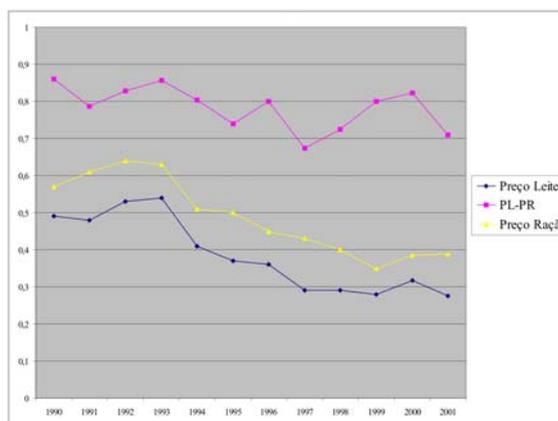
Produtos	%	Produtos	%
Açúcar	-4,77	Feijão	-13,39
Alface	-4,52	Frango	-8,22
Arroz	-7,77	Laranja	-2,65
Banana	-3,07	Leite	-3,58
Batata	-3,51	Mamão	-4,41
Café	-7,38	Óleo de soja	-8,06
Coxão mole	-5,82	Ovo	-5,17
Cenoura	-5,51	Tomate	-4,7
Geral			-5,25

Fonte: Barros e Rizzieri, 2001.

A queda anual do preço do leite foi de 3,58%. Baseados em dados do IBGE, apresentaremos um gráfico que mostra uma queda persistente do preço real

do leite e de rações (deflator=IGP-DI, dezembro de 2001=100) para o período de 1990-2001. Quando o preço do leite é deflacionado pelo preço de rações, a queda persiste, mas é menos acentuada. A grande maioria dos produtores de leite não usa rações, estes sofreram diretamente o impacto do decréscimo de preço, sem se beneficiar do que ocorreu com rações. Um número significativo somente usa rações no período seco do ano, na entressafra. Portanto, foram perdedores no período da safra, exatamente, quando ganham dinheiro. Os produtores mais sofisticados, que constituem uma minoria do grupo, perderam menos. Mas, todos perderam. As importações reforçaram a queda natural de preços. Elas objetivaram resolver problemas de escassez momentânea. Mas, têm tido a capacidade de inibir a capacidade de reação de longo prazo, que é muito forte. Ou seja, têm sido estabelecidas sem levar em consideração a capacidade de reação de longo prazo do sistema, portanto, seguem critérios que são prejudiciais ao país, além de internalizarem subsídios dos países ricos.

Figura 2 - Preço do Leite e de Rações



Comentários finais

O que nos ensinaram os três casos analisados? Que o governo, a fim de proteger os consumidores e combater a inflação, toma decisões que interferem no abastecimento interno e geram crise de abastecimento e inibem as exportações. O exemplo é do milho. Ainda, na ânsia de proteger os consumidores, importações são realizadas, sem considerarem a capacidade de reação de longo prazo da produção. O exemplo é do leite. A modernização da agricultura tem trazido um forte ajuste: acelera o êxodo rural e empobrece os agricultores. É preciso que se tenham políticas que redistribuam parte dos seus benefícios dos consumidores para os agricultores. O livre funcionamento do mercado não fará isto,

como a história tem mostrado. As políticas vigentes no mundo desenvolvido são alvo de muitas críticas, porque não reduziram o êxodo rural. Mas, esquece-se que contribuíram para o desenvolvimento do agronegócio e das pequenas e das cidades de médio porte, sendo um fator importante de descentralização do crescimento econômico.

Sem políticas de compensação das perdas que os agricultores sofrem em função de se modernizarem, há muito poucas esperanças para os programas que procuram ajudar os mais pobres da agricultura. Certamente, o crédito rural, embora muito importante, é um instrumento sem nenhum poder de compensação de renda. Pode, isto sim, sem políticas de exportação e de controle de importações e de políticas que interferem no mecanismo de preço, como estoque regulador, agravar o problema.

Eliseu Alves, pesquisador da EMBRAPA
Referências

- Alves, Eliseu, Gomes, A. L., Santos, M. L. & Gomes, S. T. A elasticidade de oferta do leite, Brasília, Embrapa, 2003.
- Barros, J. M. & Rizzieri, J. A. B. Os efeitos da pesquisa agrícola para o consumidor: São Paulo, FIPE, junho 2001.
- Gomes, Alexandre Lopes. Fatores determinantes na queda do preço do leite recebido pelos produtores: uma abordagem de curto e longo prazo. Viçosa: UFV, 2003. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 2003.
- Portugal, Alberto Duque & Alves, Eliseu O impacto da agricultura nos setores indústria e serviços em Nível de municípios, Revista de Política Agrícola, Ano X, No 05, Jan-Fev-Mar, p. 9-20, 2002.